



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.40.110.A001>

Avaliação da percepção e moralidade de universitários diante dos fenômenos “cães abandonados” e “acumuladores de animais”

Evaluation of the perception and morality of university students in the face of “abandoned dogs” and “animal hoarders” phenomena

Marta Luciane Fischer
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-1885-0535>
marta.fischer@pucpr.br

Amanda Amorim Zanatta
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-1885-0535>

Renata Bicudo Molinari
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-2864-6749>

Ana Maria Moser
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-1885-0535>

Resumo

O ensino superior deve oferecer aos universitários oportunidades de se tornarem agentes morais, cujos parâmetros decisórios devem ser balizados por princípios éticos, a fim de mitigar a sua vulnerabilidade. O objetivo da pesquisa foi levantar a linha de base dos fenômenos “cães abandonados” e “acumuladores de animais” em mídias populares (Estudo I) e avaliar a percepção dessa temática e nível de moralidade de universitários (Estudo II). Realizou-se uma pesquisa quali-quantitativa transversal por meio de análise do conteúdo veiculado nas mídias digitais e da participação em questionário. Os principais resultados do Estudo I, refletiram o padrão imediatista contemporâneo de enfrentamento de problemas complexos utilizando-se de procedimentos paliativos, nos quais é enaltecido o problema e não os valores e crenças do agente moral. No Estudo II, a maioria dos 160 respondentes possui cães de estimação e percebem os animais errantes, porém suas argumentações ainda refletem os níveis I e II do desenvolvimento moral, tendendo para o senso comum e refletindo mais o teor das notícias, ao invés de representarem justificativas fundamentadas. Frente aos resultados de que o entendimento da necessidade do bem-estar dos animais e das pessoas não foi permeado pela compreensão de valores e princípios éticos, mas, todavia, como expressões de emoções associadas às consequências das decisões, sugere-se a intervenção de programas educativos. O oferecimento da disciplina de bioética a partir de 2018 na instituição pesquisada veio suprir essa demanda.

Palavras-chave: Animais de rua; transtorno de acumulação; bioética; teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg.

Abstract

Higher education must offer university students opportunities to become moral agents, whose decision-making parameters must be guided by ethical principles, in order to mitigate their vulnerability. The objective of the research was to survey the baseline of the “abandoned dogs” and “animal hoarders” phenomena in popular media (Study I) and to evaluate the perception of this theme and the level of morality of university students (Study II). Cross-sectional qualitative-quantitative research was carried out through analysis of content broadcast in digital media and participation in a questionnaire. The main results of Study I, reflected the immediate pattern of contemporary coping with complex problems using palliative procedures, in which the problem is praised and not the values and beliefs of the moral agent. In Study II, most of the 160 respondents have pet dogs and perceive stray animals, but their arguments still reflect levels I and II of moral development, tending towards common sense and reflecting more the content of the news, rather than representing reasoned justifications. In view of the results that the understanding of the need for the well-being of animals and people was not permeated by the understanding of ethical values and principles, but, nevertheless, as expressions of emotions associated with the consequences of decisions, the intervention of programs is suggested. educational. The offer of the discipline of bioethics from 2018 in the researched institution came to meet this demand.

Keywords: street animals; hoarding disorder; bioethics; Kohlberg's theory of moral development.

Resumen

La educación superior debe ofrecer a los estudiantes universitarios oportunidades para convertirse en agentes morales, cuyos parámetros de toma de decisiones deben estar guiados por principios éticos, para mitigar su vulnerabilidad. El objetivo de la investigación fue levantar la línea base de los fenómenos “perros abandonados” y “acaparadores de animales” en los medios populares (Estudio I) y evaluar la percepción de este tema y el nivel de moralidad de los estudiantes universitarios (Estudio II). Se realizó una investigación cuali-cuantitativa de corte transversal a

través del análisis de contenidos difundidos en medios digitales y la participación en un cuestionario. Los principales resultados del Estudio I, reflejaron el patrón inmediato de enfrentamiento contemporáneo de problemas complejos utilizando procedimientos paliativos, en los que se exalta el problema y no los valores y creencias del agente moral. En el Estudio II, la mayoría de los 160 encuestados tienen perros de compañía y perciben animales callejeros, pero sus argumentos siguen reflejando niveles I y II de desarrollo moral, tendiendo al sentido común y reflejando más el contenido de la noticia, que representar justificaciones razonadas. En vista de los resultados de que la comprensión de la necesidad del bienestar de los animales y de las personas no estaba permeada por la comprensión de los valores y principios éticos, pero, sin embargo, como expresiones de emociones asociadas a las consecuencias de las decisiones, la Se sugiere intervención de programas educativos. La oferta de la disciplina de bioética a partir de 2018 en la institución investigada vino a atender esa demanda.

Palabras clave: Animales callejeros; trastorno de Acumulación; bioética; teoría del desarrollo moral de Kohlberg.

Introdução

A Bioética se constitui de uma área do saber que propõe uma ética prática aplicada na resolução de conflitos éticos cotidianos decorrentes avanço tecnocientífico, da globalização e do capitalismo. O neologismo ganhou notoriedade com Potter no início da década de 1970, que representou a bioética como uma ponte entre as ciências biomédicas e as humanidades, de cujo diálogo e consenso dependeria a sobrevivência planetária. Embora nas últimas cinco décadas a bioética tenha se consolidado na área clínica, as impactantes consequências ambientais de decisões destituídas de valores éticos comuns conclamaram a retomada do cunho ecológico da bioética personalizada na subárea denominada bioética ambiental (Fischer, Cunha, Sganzerla, Renk & Santos, 2017). As escolhas de como se relacionar com a natureza são tomadas por atores sociais denominados de agentes morais, cujos parâmetros decisórios devem ser balizados por princípios éticos e interesses comuns, caso contrário os atores sem poder de decisão, denominados de pacientes morais, podem se tornar vulneráveis. Para que uma solução justa seja possível se faz necessário o diálogo entre os atores, o qual deve ser balizado por processos próprios da bioética ambiental, que visa a identificação e a mitigação dessas vulnerabilidades por meio de uma perspectiva multidisciplinar e coletiva (Fischer, Moser & Diniz, 2016; Fischer, Cunha, Sganzerla, Renk & Santos, 2017).

Os valores comuns devem balizar as decisões em diferentes níveis hierárquicos, tal como legislativa, política, geracional, econômica, social e individual, os quais são construídos em um contexto social e fundamentados por convicções e paradigmas éticos que provêm de uma interconexão histórica, geográfica, política e, obviamente, natural (Bauman, 2004). Desta forma, é imprescindível a sinergia entre diferentes áreas do saber, tais como psicologia, filosofia, sociologia, educação e bioética, para alcançar o conhecimento dos mecanismos envolvidos na transformação do indivíduo em sujeito, ou seja, da criança, no cidadão que respeita as regras, os outros e viva bem em sociedade, alcançados por meio de uma educação moral oriunda de vivências em diferentes segmentos sociais, tais como família, escola, trabalho, religião e lazer. Fischer, Cunha, Moser & Diniz (2018) atestaram que o ensino da bioética, mesmo à distância é hábil de promover o aprimoramento das argumentações éticas de futuros educadores na questão específica da crise hídrica, contudo atentaram que o caráter multidisciplinar da bioética ambiental permite a aplicação em qualquer dilema ético.

A contribuição da psicologia no desenvolvimento da moralidade é imprescindível, uma vez que trata das pessoas e das suas circunstâncias tendo como foco atitudes, crenças, ilusões e desilusões, projetos, protestos, planos e memórias, além das vivências com o ambiente, permeados pelos investimentos cognitivos emocionais. A Teoria de Kohlberg (Kohlberg, 1969) influenciada por Kant e Piaget possui como pressuposto de que as interações sociais, principalmente as que causam desequilíbrios sociocognitivos, são hábeis na promoção do desenvolvimento moral, os quais segundo Sampaio (2017) pode se constituir de um campo de atuação da psicologia em intervenções que visam a promover o desenvolvimento sócio-moral e afetivo em contextos educacionais. Lawrence Kohlberg em 1958 elaborou a primeira versão da teoria dos estágios de desenvolvimento moral, posteriormente seus princípios foram aplicados em programas de educação moral em escolas democráticas e comunidades justas (Bordignon, 2011). A teoria do desenvolvimento moral (Kohlberg, 1969) reconhece que as pessoas passam por uma sequência de estágios de desenvolvimento moral compondo os níveis: : I) pré-convencional, cuja moralidade é definida com uma visão egoísta em termos de consequências físicas e emocionais, típica de crianças e muitos criminosos; II) convencional, na qual se busca a valorização do outro, ainda egocêntrica, porém conformada com os estereótipos e apoiada na concepção de equidade; III) pós-

convencional, no qual leis e costumes morais são percebidos como dinâmicos e se defende a convicção contra as injustiças (Kohlberg, 1969, Bordignon, 2011, Fischer *et al.* 2016). O estágio 1 (Nível I) envolve o sujeito que atende às regras e autoridades com intuito de evitar castigos e danos físicos, seja para pessoas ou propriedades. A perspectiva sócio-moral é egocêntrica, sendo considerada apenas a perspectiva pessoal e as ações julgadas em termos de consequências físicas e não em termos de interesses e intenções psicológica dos outros. No estágio 2 (Nível I) o objetivo do sujeito é instrumental e individual baseado na troca. Assim, intenciona seguir as regras quando atenderem seus interesses e necessidades e permite que o outro use a mesma perspectiva. Conseqüentemente, o direito, embora relativo, deve ser equitativo, assim, ao mesmo tempo que busca a satisfação de seus desejos, reconhece que as outras pessoas também têm seus interesses. A perspectiva sócio-moral é individualista, concreta e parte do outro e da autoridade. O estágio 3 (Nível II) caracteriza-se pelas expectativas interpessoais mútuas, assim parte-se da perspectiva de que o correto é ser bom, confiável e preocupado em atender as expectativas do outro, seja este o núcleo familiar/afetivo ou as autoridades. A perspectiva sócio-moral se baseia em sentimentos, acordos e expectativas partilhadas que devem sobressair aos interesses pessoais. O estágio 4 (Nível II) é ampliado para preservação do sistema social, concebendo que deve ser cumprido o papel social apoiando a ordem e o bem-estar da sociedade. A perspectiva sócio-moral visa o comprometimento com perspectivas do sistema que define leis, regras, funções, papéis e conceitos. O estágio 5 (Nível III) fixa-se no contrato social da utilidade e dos direitos individuais, sendo considerado como correto sustentar direitos, valores e contratos legais mesmo quando conflituam com regras e leis concretas do grupo. Logo, beneficiam a diversidade e relatividade de valores e opiniões, os quais devem ser balizados pela imparcialidade. Assim, alguns valores como a vida e a liberdade não são relativos. A perspectiva sócio-moral considera o prioritário em face da sociedade que vivencia o conflito entre o ponto de vista moral e o legal. O estágio 6 (Nível III) agrega os princípios éticos universais, assim as decisões sociais e individuais deve ser balizadas por leis e acordos sociais de justiça, igualdade de direitos humanos e respeito pela dignidade dos seres vivos. A perspectiva sócio-moral concebe os ajustes sociais e de valores que reconheçam o valor fundamental pela vida como fim e não como meio (Kohlberg, 1969, Bordignon, 2011, Fischer *et al.* 2016).

Pesquisas desenvolvidas no Brasil têm indicado um elevado número de jovens posicionados Nível II (Bataglia Morais & Lepre, Souza, 2010, Bordignon, 2011, Fischer *et al.* 2018, Fischer & Artigas, 2022) frustrando a expectativa de que os estudantes ingressantes no ensino superior contemplassem níveis morais elevados. Conseqüentemente, que estariam prontos para atuarem como agentes morais em questões éticas inerentes à sua realidade profissional e preparados para questionarem as normatizações, diretrizes e paradigmas em prol do bem-estar da sociedade (Souza, 2008). Diante desta realidade, Souza (2008) propôs a técnica de debates de dilemas morais como recurso didático no desenvolvimento moral para o curso de Psicologia. Souza (2008) alicerçou-se nos resultados de 30 anos de pesquisas nacionais que atestaram a efetividade da técnica como promotora de educação moral por transpor o estudante, do ensino médio ou superior, para níveis pós-convencionais.

A psicologia ambiental, uma disciplina que lida com o indivíduo em sua relação com o ambiente, visa auxiliar na compreensão de como os comportamentos dos indivíduos, grupos e comunidades, em relação aos recursos ambientais, podem ser trabalhados para adequarem-se ao conceito de sustentabilidade, e nesse sentido, assegurar um ambiente seguro e saudável, para as atuais e futuras gerações de qualquer vida no planeta (Bogo, Martins & Laurenti, 2020). Embora a temática esteja inserida no curso de Psicologia, a sua abordagem em consonância com a bioética ambiental encontra espaço de atuação em todos os cursos superiores, uma vez que esses profissionais se constituem de atores tomadores de decisão que podem potencializar ou minimizar esses problemas (Bogo *et al.*, 2020). São inúmeras as questões decorrentes dos intensos e rápidos processos pelo qual o ambiente tem passado devido a exploração excessiva e predatória de seus recursos naturais e quebra de processos naturais. Dentre essas questões desponta a relação das pessoas com os animais de companhia, em especial com o cão.

Os cães acompanham a humanidade há cerca de 16 mil anos, um curto espaço de tempo que resultou no estreitamento das relações, seja de trabalho, entretenimento ou companhia (Cabral & Savalli, 2020). O benefício desta relação simbiótica entre ser humano e cães é legitimando na melhora da qualidade de vida de ambos, endossada principalmente pela comunicação visual que estimula a produção do hormônio oxitocina, relacionado à afetividade e vínculos sociais (Cabral & Savalli, 2020).

Dados da última década (IBGE, 2013) apontam que o Brasil está emparelhando com países como Estados Unidos e Japão quanto a decisão das famílias tutelarem animais em detrimento de crianças. Estima-se que 44,3% das habitações brasileiras possui ao menos um cão, totalizando cerca de 54,2 milhões de canídeos (APIBET, 2019). Essa mudança na composição familiar traz atrelada uma série de conflitos de cunho biopsicossocial tais como: guarda do animal no caso de divórcio, cuidados paliativos de animais doentes e senis, luto e acumulação de animais, as quais devem ser estudadas com precaução (Fischer, Meireles & Esturião, 2019, Muliterno & Tahim, 2020). Soma-se conseqüências no comprometimento com o bem-estar de animais que são tratados como filhos, contudo diante de frustrações, inconveniências ou incompatibilidade de interesses, são abandonados como meros objetos (Fischer et al., 2019, Fischer & Artigas, 2022). Por outro lado, a tutela descomprometida com valores éticos, leva ao abandono de animais, os quais se constituem em um dos maiores problemas urbanos e de saúde pública com poucas ações efetivas (Garcia, Calderón & Ferreira, 2012). Atualmente, as ações de bem-estar-animais (BEA) desenvolvidas pelo poder público visam prioritariamente a solução paliativa de problemas urgentes como: ataques de cães, acidentes de trânsito, cães asselvajados e as tradicionais transmissões de zoonoses, sem se aprofundarem nas questões éticas que estão gerando esses problemas (Garcia *et al.*, 2012, Fischer e Artigas, 2022).

Uma conseqüência contemporânea da existência de cães errantes é a maximização de um comportamento denominado acumulação de animais, no qual um elevado número de cães e gatos são mantidos em condições inapropriadas, expostos ao risco de desnutrição, doenças, problemas comportamentais e morte (Arluke et al., 2002). Um estudo realizado nos Estados Unidos atestou que no geral, trata-se de mulheres solitárias na terceira idade, sendo registrados de 700 a 2000 novos casos a cada ano (Arluke *et al.*, 2002), sendo o perfil confirmado em estudos de determinação psicopatológico no Brasil (Ferreira, 2017). No entanto, o que caracteriza o acúmulo não é somente a quantidade de animais, mas também a falta de cuidado com os mesmos, sendo que nem sempre o acumulador é classificado como um doente psíquico (Silva-Junior et al., 2019). Os acumuladores são considerados ameaça à saúde pública, pois causam prejuízos para si, para comunidade e aos animais. Contudo a motivação para a acumulação de animais não é racional, estando provavelmente atrelada a desordens psicológicas como

comportamento obsessivo-compulsivo, considerado um problema social reconhecido, importante, incompreensível e emergente (Arluke *et al.*, 2002).

Partindo da concepção da problemática dos cães errantes como um recorte dos problemas ambientais reais e contemporâneos próprios como objetos de estudo e de intervenção na área da psicologia ambiental (Fischer *et al.*, 2018) e do fato do campus universitário vivenciar no momento da pesquisa a presença de inúmeros cães errantes, a pergunta norteadora do presente estudo foi como futuros profissionais como agentes morais, tomadores de decisões e multiplicadores de paradigmas emergentes se posicionam com relação a mesma. Assim, as hipóteses levantadas foram: H1) o argumento dos graduandos reflete o senso-comum veiculado na mídia; H2) a área do curso do universitário se constitui um elemento condicionador, estando a percepção e o nível de desenvolvimento moral associado com a empatia pelo objeto de estudo, esperando que maior afinidade com pessoas seja identificada em estudantes de psicologia e de animais em estudantes de biologia; H3) a identificação do nível do desenvolvimento moral e do perfil dos universitários pode subsidiar propostas de intervenções por meio da elaboração, consolidação e implementação de ferramentas educativas e formativas. Complementarmente, as ações podem estar inseridas transversalmente na formação habilitando no desenvolvimento de competências e habilidades que contribuam para o desenvolvimento moral e, conseqüente, no enfrentamento de dilemas éticos contemporâneos.

Objetivos

O objetivo do Estudo I foi levantar a linha de base do fenômeno de “cães abandonados” e “acumuladores de animais” na mídia popular, enquanto no Estudo II foi identificar a percepção e o nível de desenvolvimento moral dos argumentos de universitários frente a essa temática.

Método

Estudo I: Identificação da linha de base de notícias veiculadas sobre a problemática dos cães abandonados e dos acumuladores de animais

Utilizando os descritores “cães errantes”, “cães abandonados”, “cães semi-domiciliados”, “cães cidades” e “cães centros urbanos” “acumuladores de animais”, “acumuladores de bichos”, foram selecionadas as primeiras cinquenta notícias envolvendo cães errantes/abandonados e cinquenta notícias envolvendo acumuladores de animais, recuperadas por meio do buscador google.com desprovidos de *login*, no período de agosto de 2013 a junho de 2014. Os conteúdos foram analisados e categorizados conforme a análise de conteúdo sistemático proposta por Bardin (2004) a qual resultou nas seguintes categorias agrupadas em três abordagens: a) Programas de ação e Acidentes: problema abordado, ação proposta, indicativo de baixo BEA, indicativo de problemas sanitários, origem da informação. b) Impedimentos para mitigação dos problemas; c) Acumuladores: indicativos de baixo BEA, indicativo de problemas sanitários, legais, psicológicos e impedimentos para mitigação dos problemas.

Estudo II: Avaliação da percepção e nível de desenvolvimento moral de estudantes universitários

Instrumento

Partindo do resultado do Estudo I, foi elaborado um instrumento para a pesquisa, o qual por meio da metodologia Delphi (Wright & Giovinazzo, 2000) foi analisado e aprovado por profissionais das áreas da biologia, psicologia e pedagogia. O instrumento visou acessar a percepção de estudantes universitários do *campus* de Curitiba da PUCPR a respeito dos cães errantes presentes na instituição e na região em que residem, bem como avaliar o conhecimento a respeito dos acumuladores de animais. O questionário foi distribuído eletronicamente por meio do *Software Qualtrics*, o qual permaneceu disponível por seis meses no período de outubro de 2013 a abril de 2014.

O questionário congregava 38 questões, das quais sete caracterizavam o participante; treze eram descritivas relacionadas à percepção de cães errantes; 18 eram assertivas protagonizando os animais errantes (N=9) e os acumuladores (N=9). As assertivas referiam-se a relatos de acontecimentos rotineiros veiculados pela mídia verificados no Estudo I, sendo que em seis delas o desfecho remetia a cada um dos estágios componentes aos três níveis de desenvolvimento moral de Kohlberg (1969) e seus dois estágios correspondentes: I) pré-convencional - estágio 1: certo e errado condicionado ao castigo e estágio 2: hedonismo; II) convencional - estágio 3: aprovação

social e interpessoal e estágio 4: manutenção da lei, ordem e progresso social; III) pós-convencional - estágio 5: contrato social e estágio 6: princípios éticos universais. Os desfechos das outras três questões remetiam à posicionamentos éticos: a) antropocêntricos: priorização dos interesses humanos; b) utilitaristas: aceita a utilização do animal caso não haja alternativa e seja evitado qualquer tipo de sofrimento (Singer, 2004); c) abolicionistas: rejeita qualquer tipo de utilização animal pelo ser humano (Francione, 2013).

Participantes

O questionário foi respondido por 227 estudantes, dos quais foram analisados os instrumentos respondidos na íntegra (N=160). Os estudantes possuíam a idade média de $22,8 \pm 6,3$ anos (18-46), originários de 16 cursos agrupados em: psicologia (41%), ciência biológicas (42%) e outros cursos (17%). Foram consideradas como variáveis desta pesquisa as respostas de estudantes dos cursos de biologia e psicologia considerando a hipótese de que o interesse e a empatia por animais e pessoas, respectivamente influenciariam nas respostas, sendo os demais respondentes analisados conjuntamente na categoria “outros cursos”.

Análise dos dados

A análise dos resultados referentes à categorização das notícias, bem como das respostas relativas ao questionário se deu através do teste da homogeneidade da amostra, tendo como hipótese nula a ausência de diferenças entre as frequências obtidas, acessadas pela aplicação do teste de aderência *Goodnes of fit* (G_{test}). A atribuição de valores às assertivas foi comparada entre os cursos de psicologia, biologia e outros através dos testes não paramétricos Kruskal-Wallis e Mann-Whitney, devido a inexistência de normalidade. Em todos os testes considerou-se a significância de 95%. As respostas subjetivas relativas às justificativas das assertivas foram categorizadas de acordo com os níveis de desenvolvimento moral Kohlberg por um Psicólogo.

Procedimentos éticos

Para atender aos princípios éticos o estudo foi realizado em conformidade com a declaração Helsinque e Resolução CNS 466/12 e CNS 510/2016 respeitando a

integridade e anonimato dos estudantes, bem como a preservação e integridade dos dados. O projeto teve aprovação do CEP/PUCPR (nº 386.179).

Resultados

Estudo I: Notícias populares

A análise das notícias veiculadas na mídia constatou que a maioria dos programas destinados ao controle de animais abandonados visavam a conscientização, tutela responsável e incentivo à esterilização. Embora a maioria desses programas se constituíssem de ações públicas, tais como programas de informação e sensibilização social sobre a tutela responsável e castração, os textos associavam a ineficácia das ações com a infraestrutura dos Centros de Controle de Zoonoses, inábeis em promover o BEA devido a limitação de espaço e odores desagradáveis (Tabela 1).

Tabela 1.

Categorização das notícias veiculadas na internet a respeito de cães errantes e acumuladores de animais. Número de respostas distintas (número de respostas com frequência superior a 5%) e frequência relativa das respostas mais frequentes.

		Nº (>5%)	Mais frequentes (%)
Animais – Programas	Problema	18 (5)	Animais abandonados (28%*) e Animais semi-domiciliados (12%)
	Ação	19 (7)	Tutela responsável/Sensibilização (15%) e Castração (14,6%)
	BEA	06 (1)	Pouco espaço (28%)
	Sanitária	03 (1)	Cheiro forte (45%)
	Origem	03 (2)	Iniciativa Governamental (72%*) e ONG ou Acadêmica (16%)
	Impedimentos	10 (3)	CCZ abarrotados (20%), Famílias carentes (15%) e público restrito (15%)
Ani	Problema	13 (6)	Animais agressivos (34%*), Animais abandonados (12%) e População de baixa renda (11%)

	Ação	16 (8)	Esterilização (15%), Conscientização (12%), Identificação (11%) e Adoção (11%)
	Bem-estar-animal	05 (2)	Abandono Indiscriminado (36%) e Maus-tratos (27%)
	Sanitária	03 (1)	Transmissão de Zoonoses (66%)
	Origem	03 (2)	Iniciativa Governamental (78%*), ONG ou Acadêmica (20%*)
	Impedimentos	12 (1)	Tutor irresponsáveis/Ausentes (29%)
Acumuladores	BEA	15(11)	Animais mortos/Negligência (16%) e Maus-tratos (11%)
	Sanitária	10 (4)	Cheiro insuportável (28%) e Acúmulo de lixo (19%)
	Legal	06 (2)	Denúncia da vizinhança (50%) e Processo judicial (19%)
	Psicológica	15 (5)	Apego excessivo (21%) e solidão (16%)
	Impedimento	07 (4)	Falta de tratamento psicológico e médico para as pessoas (33%) e Falta de diálogo (22%)

Os valores absolutos referentes às respostas com mais de 5% de frequência foram comparados através do G_{test} sendo os valores significativamente diferentes ($P < 0,05$) acompanhados de asterisco

Os acidentes com animais abandonados foram atrelados principalmente à agressividade do animal, contudo, com potenciais consequências sanitárias devido a transmissão de zoonoses. Sendo, assim, a mitigação desse problema associado à esterilização dos animais, a fim de diminuir a reprodução, responsabilidade atribuída aos órgãos públicos. Contudo, associada com os programas de conscientização, adoção e identificação dos animais. O conteúdo também destacou o abandono indiscriminado e os maus-tratos decorrentes da tutela irresponsável. A iniciativa das ações foram predominante do poder público que concebe a irresponsabilidade da tutela como um impedimento para mitigar esse problema (Tabela 1).

As notícias veiculadas sobre os acumuladores de animais difundiram a mensagem de que se trata de pessoas psicologicamente instáveis e solitárias que desenvolvem apego excessivo aos animais sendo negligenciadas pela sociedade. Como consequência destaca-se aspectos sanitários como odor insuportável e comumente o acúmulo de lixo, tendendo a prejudicar o BEA os quais, por muitas vezes, sofrem maus-tratos. O principal aspecto apontado foi de ordem legal consistindo na denúncia da vizinhança e na ocorrência de processos judiciais (Tabela 1).

Estudo II: Argumentos dos Estudantes universitários

Caracterização dos participantes

A maioria dos estudantes respondentes possuíam ao menos um animal de estimação (42%) com predomínio de cães (64%), sendo registrados em média $1,7 \pm 1,1$ (N=180; intervalo de variação= 1-6) animais por participante. Ao comparar o número médio de cães e gatos tutelados entre os cursos, a única diferença encontrada foi com relação ao número de gatos que foi maior para acadêmicos de Ciências Biológicas. A maioria (44,7%) dos entrevistados que auto atribuiu a tutoria dos animais, correspondeu principalmente ao curso de Ciências Biológicas. Não houve diferenças no total ou especificamente em cada categoria de curso quando analisada a frequência de respondentes que afirmaram manter seus animais “apenas dentro de casa” (34%), “apenas fora de casa” (29%) ou em “ambos os ambientes” (39%). Ressalta-se que a minoria (2,3%) dos entrevistados afirmou que seus animais possuíam livre acesso à rua.

Percepção dos cães errantes

A maioria dos respondentes da pesquisa (45%), bem como dos graduandos de Biologia (44%) e Psicologia (53%), disseram perceber os animais dentro e fora dos blocos acadêmicos da universidade durante todo ano (77%). A maioria (97%) dos respondentes não presenciou brigas entre os animais e nem ameaças aos estudantes. Enquanto alguns (27%) acreditavam que os animais estavam saudáveis, outros (40%) discordaram, apontando desnutrição. Os acadêmicos de Ciências Biológicas perceberam mais doenças de pele (34%), enquanto os estudantes de Psicologia perceberam os animais como saudáveis (32%) ($\chi^2_{(2)}=17$; $P<0,001$).

A principal ação a ser tomada consistiu no tratamento destes animais pela universidade (29%) e direcionamento para adoção (23%), contudo houve diferenças entre os cursos, sendo que os acadêmicos da Biologia destacaram a castração (21%), enquanto os de Psicologia, o recolhimento ou deixar a situação como está (18%).

A maioria dos estudantes (64%) e em especial os acadêmicos de Psicologia (75%) disseram não perceber a presença de cães errantes na área de moradia. Os que perceberam, relacionaram com sujeira e transmissão de doenças (43%).

Mais da metade dos respondentes (66%), representados pelos cursos de Ciências Biológicas (73%) e Psicologia (61%), afirmaram ter conhecimento a respeito dos acumuladores de animais, relacionando-os principalmente com “pessoas doentes” (48%), enquanto a “boa intenção” foi referida principalmente por acadêmicos de Ciências Biológicas (25%) e demais cursos (31%).

Nível de desenvolvimento moral dos argumentos

Em relação à atribuição de pontuação às assertivas conforme a concordância com as mesmas, resultou em semelhanças entre os cursos de Psicologia e Biologia logrando maiores valores para assertivas com desfechos relativos aos níveis morais de Kohlberg II e III para animais (Tabela 2).

Tabela 2.

Pontuação média atribuída as assertivas a respeito de animais errantes e acumuladores de animais representativas a categorização do desenvolvimento moral de Kohlberg (N1 = nível pré-convencional; N2 = nível convencional e N3 = Nível pós-convencional) e de acordo com a ética antropocêntrica (A), utilitarista (U) e abolicionista (AB).

	Identificação animais			Identificação Pessoas		
	Psico	CB	O	Psico	CB	O
1	N 5,2±3,4 (111; 1-9) a	5,2±3 (131;1-9) a	5,9±3 (75;1-9) a	6,5±2,7 (50;1-9) a	7,5± 2,6 (24;1-9) a	7± 2,3 (40;1-9)a
2	N 6,7±2,8 (74;1-9) b	7,1±2,5 (72;1-9) b	6±2,8 (50; 1-9) a	4,2± 3 (50;1-9) b	3,7± 2,7 (45;1-9) b	6± 2,9 (50;1-9)a
3	N 7,2±2,6 (74; 1-9) b	7,4±2,6 (72; 1-9) b	6,8±2,7 (50; 1-9) a	7,1± 2,4 (50;1-9) a	6,4± 3 (46;1-9) a	7,5± 2 (40;1-9)a
A	7,7±1,9 (37;3-9)b	7,9±2 (36; 1-9) b	8,4±1,4 (25; 4-9) b	5,3± 3 (25;1-9) a	5,5± 3,6 (23;1-9) a	6,7± 2,8 (20;1-9)a

U	6,9±2,5 (37;1-9) b	7,4±2,2 (36;1-9) b	6,9±2,8 (25; 1-9)	6± 2,2 (25;1-9) a	6,6± 2,7 (24;1-9) a	6,4± 2,2 (20;1-9)a
A	5±2,8 (37;1-9) a	4,3±2,8 (36;1-9) a	4,6±2,8 (25; 1-9)	6,9± 2,4 (24;1-9) a	4,9± 3 (23;1-9) b	6,8± 2,4 (18;1-9)a
B						
H test	H ₍₃₃₃₎ =29, 9; P<0,000	H ₍₃₄₇₎ =51, 4; P<0,000	H ₍₂₂₅₎ =26, 3; P<0,000	H ₍₁₉₉₎ =29, 3; P<0,000	H ₍₁₆₂₎ =31, 9; P<0,000	H ₍₁₆₈₎ =5, 7; P=NS

As médias foram comparadas entre os cursos de Psicologia (psico), biologia (bio) e outros (O) através dos testes não paramétricos Man-Whitney e Kruskal-Wallis, sendo os valores significativamente maiores (P<0,05) acompanhados de asterisco e os valores significativamente diferentes (P<0,05) acompanhados de letras distintas.

As assertivas envolvendo os acumuladores de animais receberam maiores pontuações nos desfechos relativos aos níveis I e III. As assertivas com desfechos correspondentes ao pensamento ético antropocêntrico e utilitarista receberam altas pontuações por estudantes de psicologia e biologia com relação a casos envolvendo animais e apenas para biologia, envolvendo pessoas, uma vez que para psicologia a amostragem se mostrou homogênea. Os demais cursos direcionaram maiores pontuações apenas para desfechos utilitaristas com relação aos animais (Tabela 2).

A análise do nível de desenvolvimento moral das argumentações apresentadas nas justificativas dos estudantes para pontuação das assertivas, evidenciou que a maioria apresenta implícitos argumentos relativos ao nível I, mesmo diante de assertivas com desfechos moralmente mais elevados (Figura 2).

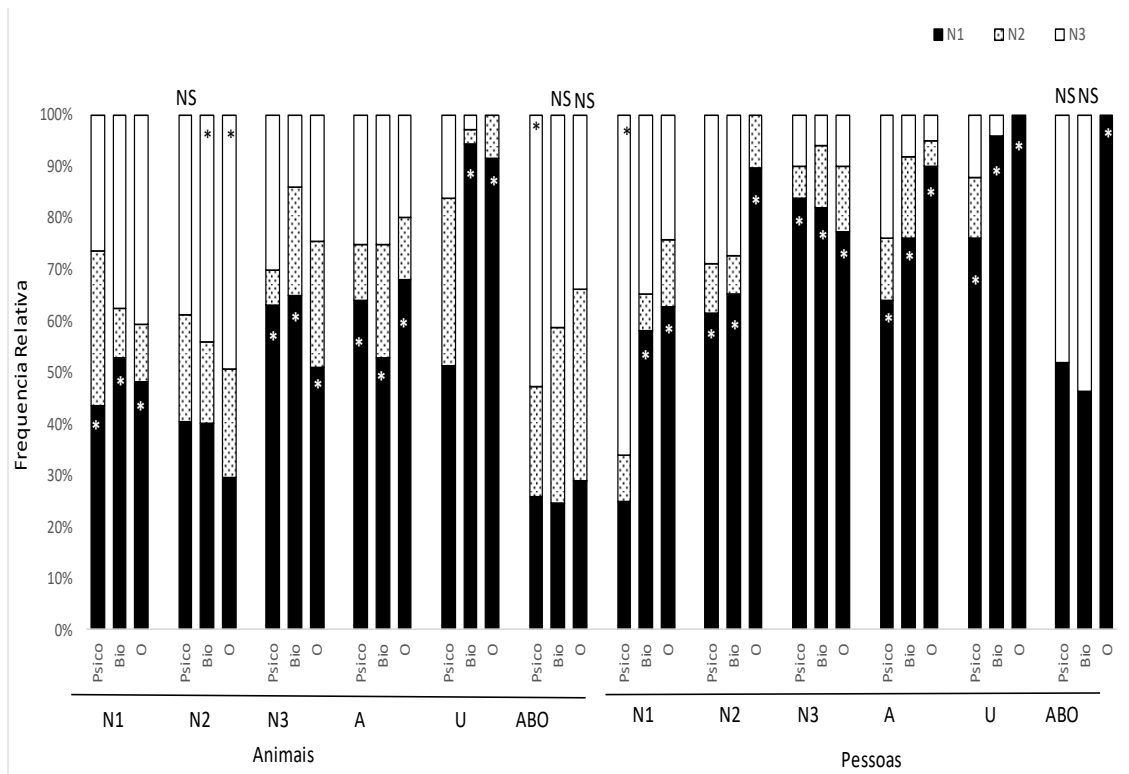


Figura 1.

Frequência relativa da posição das justificativas de acordo com o nível de desenvolvimento moral de Kohlberg, considerando os cursos de Psicologia (Psico), Biologia (Bio) e outros (O) e os desfechos das assertivas de acordo com os níveis 1, 2 e 3 e as éticas Antropocêntrica (A), Utilitarista (U) e Abolicionista (ABO). Os valores absolutos foram comparados dentro de cada curso e no total através do *Goodness of fit* (teste G), sendo os valores significativamente maiores ($P < 0,05$) acompanhadas de asterisco (*).

Os resultados apresentados na figura 1 ilustram que estudantes de Psicologia exibiram resultados semelhantes aos acadêmicos de Biologia em 67% das questões, sendo que o predomínio de justificativas do nível III foram relativas aos estudantes de Psicologia diante de argumentos abolicionistas com relação aos animais e diante de assertivas com desfechos relativos ao nível I vinculados aos acumuladores (Figura 2, Quadro 1).

Quadro 1. Assertivas com desfechos quanto ao nível de desenvolvimento moral de Kohlberg e as correntes éticas e exemplos de justificativas utilizadas pelos estudantes de Psicologia e Biologia para seus posicionamentos quanto a concordância com as assertivas.

Curso	Assertiva para pontuar	Exemplos de Justificativa
Animais errantes		
Estágio 1	Eu acho errado os donos de cães não cuidarem para eles não fiquem andando soltos pelas ruas e se reproduzirem, mas não trato mal esses animais por que não é correto.	<p>“Estes animais não são culpados por sua existência, quem deve ser repreendido é o dono” (Psicologia).</p> <p>“Concordo, os donos devem cuidar de seus animais, até porque, depois que se reproduzem acidentalmente, ou vendem os filhotes ou abandonam” (Biologia).</p>
Estágio 2	Os animais errantes se constituem de um problema social, pois pode colocar em risco a minha segurança tanto com relação a ataques quanto na transmissão de doenças	<p>“não acho que devam andar soltos pela cidade. se somos obrigados a limpar o "cocô" dos nossos cães quando andam na rua, quem vai limpar os dos cachorros sem dono? eles normalmente não são educados para fazer necessidades em local específico, o que traz problemas de higiene” (Psicologia).</p> <p>“A maioria dos animais abandonados nas ruas possuem doenças, que podem ser transmitidas para os seres humanos.” (Biologia)</p>
Estágio 3	Eu acho que os animais têm o direito de usar o espaço público e sempre que estou com meus colegas ofereço algo de comer ou dou um pouco de atenção	<p>“Visto que afeta diretamente a saúde pública, acredito sim que se trata de um problema social devendo-se tomar medidas que erradiquem ou minimizem os impactos que estes animais causam” (Psicologia).</p> <p>“acho errado sim, pois os cães são animais territorialistas, ficam demarcando locais que não seriam deles, e sim dos outros, e já q esses possuem DONO... acho que cada um deveria cuidar do seu” (Biologia)</p>
Estágio 4	Eu não concordo que os animais devam ficar soltos nas ruas, pois abandonar e não cuidar dos animais é ilegal e estar relacionado com crime de maus-tratos	<p>“ja que se tornaram animais domesticados, devem existir politicas publicas de controle, tratamento, conscientizacao dos contribuintes e programas de adocao. a 2a afirmativa justifica essa” (Psicologia).</p> <p>“Os animais de rua, tem estimativa de vida muito inferior aos animais domésticos. O ideal é que todos tivessem as mesmas condições de bem estar, mas infelizmente isso não é possível. O que pode ser feito é a melhoria de condição de vida desses cães. Recolhendo-os das ruas e levando para locais adequados. Infelizmete como "cães" não geram lucros” (Biologia)</p>
Estágio 5	Eu acredito que todos os animais têm direito à liberdade e de circularem pela cidade, principalmente os cães que evoluíram nesse ambiente, porém é necessário oferecer condições de bem-estar tanto para os animais quanto para as pessoas que convivem com eles	<p>“Eu acho errado o ser humano se achar dono de outro ser, ponto. Sobre a questão de tratar mal, penso que não é correta em nenhum caso, com nenhum ser”. (Psicologia).</p> <p>“oferecer condições de bem-estar a um cão é oferecer-lhe um lar” (Biologia)</p>
Estágio 6	Eu acredito que o homem tem uma obrigação moral de proporcionar boas condições de vida para todas as espécies que estão sob a sua responsabilidade. Uma atenção especial deve ser dada para os animais que convivem com o homem, principalmente nos centros urbanos. É necessário refletir sobre os motivos que levam as pessoas a querer ter animais de estimação e porque os abandonam ou não cuidam deles. Apoio programas de educação que promovam a reflexão sobre a guarda responsável e contribuam de fato para que os animais não fiquem em risco e colocando pessoas em risco nas ruas da cidade	Não identificado
Antropocêntrica	Os cães evoluíram com o homem, logo o seu lugar é ao lado das pessoas fazendo companhia, ajudando na promoção do bem-estar biopsicossocial ou mesmo ajudando em atividades práticas como cães guias, cães policiais ou cães terapeutas. Esses animais nunca	<p>“Acho complicado falar de papel do cão. Quem cria papéis é o homem, imagino que os cães adquiriram seu lugar na sociedade, mas não sei até que ponto é interessante uso desses animais a trabalho.” (Psicologia; Nível I)</p> <p>“totalmente de acordo, se uma pessoa aceita a responsabilidade de adotar um animal nunca deveria abandona-lo” (Biologia; Nível II)</p>

	deveriam ser abandonados a própria sorte.	
Utilitarista	Todos os animais mantidos sob a tutela do ser humano, principalmente os cães, devem ter suas condições de bem-estar físico e mental garantidas. Logo, acho que é certo fazer o controle de animais de ruas, tanto através da castração quanto da eutanásia de animais doentes ou agressivos que ofereçam riscos para as pessoas O homem não tem o direito de subjugar, matar ou criar animais para servir a ele, principalmente animais como os cães que tem sentimentos. Logo os cães têm o direito de serem livres, de se locomoverem pela cidade e de se reproduzirem. Uma vez que lutar pela sobrevivência individual e da espécie é uma missão de todos os seres vivos	<p>“Necessário ver qual o motivo da tutela e se ela não se caracteriza como exploração. O bem-estar deve ser garantido a todos - sem especismo!” (Psicologia; Nível III)</p> <p>“Concordo com a eutanásia somente em animais doentes sem recuperação, já os cães agressivos podem ser movidos para outros lugares onde possam viver sem muito contato com pessoas ou outros animais. Acho que o homem não tem direito algum de decidir quem vive ou quem morre” (Biologia; Nível II).</p> <p>“concordo totalmente, apenas animais que viveram sempre na rua e seria ideal o castramento de todos” (Psicologia; Nível II)</p> <p>“A parte que o homem não tem direito de subjugar ou até matar eu concordo, mas livre eles não pode ficar pois eles são nossos amigo e temos que cuida-los sempre com muito amor e educação assim como um filho” (Biologia; Nível II).</p>
Acumuladores		
Estágio 1	Eu acho irresponsável a atitude de pessoas que amontoam animais acreditando que estão fazendo o bem para eles. Eu jamais teria animais que não pudesse cuidar e oferecer boas condições de vida por que não é certo,	<p>“concordo plenamente” (Psicologia)</p> <p>“Cuidar do que e do quanto pode!” (Biologia)</p>
Estágio 2	Eu acho errado acumular animais, principalmente nas cidades pois um vizinho meu pode estar tendo essa prática e colocar em risco a mim e a minha família	<p>“Concordo com a parte de que eu não teria animais se não tivesse condições de cuida-los” (Psicologia)</p> <p>“Não se deve resgatar um animal se não tem condições para mantê-lo.”(Biologia)</p>
Estágio 3	Os acumuladores de animais gostam dos animais por isso se dedicam a eles. Eu ajudaria essas pessoas caso houvesse algum programa da Universidade	<p>“Acúmulo de animais é doença e deve ser diagnosticado e tratado, tudo tem o seu devido limite” (Psicologia).</p> <p>“Depende do sentido da palavra "acumular". Cada vez que adotamos cães, estamos acumulando-os. Mas vale lembrar que existem pessoas que possuem condições de ter mais de um animal, sem prejudicar os vizinhos. Acredito que o distúrbio que leva a acumular de maneira desenfreada, esse sim ser considerado de importância, pois pode causar danos não só” (Biologia)</p>
Estágio 4	Os acumuladores de animais deveriam ser enquadrados como criminosos, pois além de propiciarem maus tratos aos animais, assumem o risco de afetar a saúde pública em decorrência das doenças que podem ser transmitidas por esses animais	<p>“Eu ajudaria, conhecendo melhor essa realidade” (Psicologia)</p> <p>“Tirar os animais não resolve o problema porque uma pessoa com esse distúrbio irá acumular novamente. O ideal seria o acompanhamento dessa pessoa e dos animais. Infelizmente essas pessoas são autuadas por maus tratos e nada é feito em relação aos animais.” (Biologia)</p>
Estágio 5	Os acumuladores de animais são pessoas com problemas psicológicos, que buscam nos animais uma forma de resolverem questões emocionais. Obviamente que não têm condições de proporcionarem bem-estar aos animais, logo ambos devem ser	<p>“É irresponsável, mas este não é o ponto, a pessoa não acumula animais sem razão, imagino que a maioria tem uma razão, quem não tem razão aparente pode ser um caso de TOC (ainda que eu não saiba se pode ser aplicado ao acúmulo de animais)” (Psicologia)</p> <p>“Essas pessoas devem ter algum problema psicológicos e devem ser orientadas de forma certa” (Biologia)</p>

	<p>amparados por programas que visem o bem comum. Apenas tirar o animal das pessoas não resolve os problemas</p>	
Estágio 6	<p>A vida moderna tem causado muitos problemas psicológicos. A cada dia aumenta o número de relato de pessoas que acumulam objetos e lixo. Atualmente tem surgido os acumuladores de animais, pois os animais estão soltos na rua estimulando essas pessoas a levarem-nos para suas casas. Se as autoridades se preocupassem em ter programas de educação e contenção do costume de ter animais de estimação de maneira irresponsável, não teriam animais soltos e automaticamente não teríamos o problema social multidisciplinar relacionado com os acumuladores de animais</p>	Não identificado
Antropocêntrica	<p>Os acumuladores de animais precisam dos animais para suprir suas necessidades psicológicas, logo deveriam receber uma atenção especial das autoridades, que deveria fornecer condições para que os animais auxiliassem essas pessoas a terem uma vida mais saudável</p>	<p><i>“Animais são ótimos para auxiliarem pessoas com problemas psicológicos”</i> (Psicologia; Nível I). <i>“Animais não são remédios”</i> (Biologia; Nível II)</p>
Utilitarista	<p>Eu concordo que as pessoas possam ter quantos animais quiser em suas casas, desde que esses animais tenham boas condições de saúde, alimentação e emocional. Animais doentes e agressivos que comprometam os outros animais ou as pessoas devem ser sacrificados e todos os animais devem ser castrados</p>	<p><i>“Nao devem ser sacrificados. Devem ser enviados para lugares específicos que oferecam condicoes de cuidar desses casos”</i> (Psicologia; Nível II) <i>“Concordo com a castração... mas como já disse anteriormente, acho que com a eutanásia deve-se ter um cuidado maior”</i> (Biologia; Nível I).</p>
Abolicionista	<p>Eu acredito que ninguém tem o direito de prender animais em suas casas como objetos de coleção apenas para suprir suas carências emocionais ou problemas psicológicos. Animais não são objetos nem remédios</p>	<p><i>“Acredito que essas pessoas nao veem esses bichos como objeto, mas como seres capazes de suprir suas carências, pois são profundas conhecedoras da capacidade de amar desses animais”</i> (Psicologia; Nível I) <i>“Nunca! Não concordo com o que eles fazem, como dito anteriormente acumular sem poder manter é doença psicológica! Essas pessoas não são criminosas, sofreram algum tipo de trauma e não tem nenhum apoio para enfrentar os problemas, então eles acabam se apegando no vicio de "ter mais", geralmente está relacionado com alguma perda! acredito que julgar não é a solução, tentar fazer algo por essa pessoa e esses animais é digno”</i> (Biologia; Nível III)</p>

Discussão

Os dados do Estudo I ilustraram o panorama a respeito da problemática dos cães errantes, sua disseminação pela mídia e julgamento pelo acadêmico que irá constituir o futuro profissional e o conseqüente portador do papel de agente moral, tomador de decisões e multiplicador de valores.

A análise das notícias populares veiculadas em mídias digitais evidenciou esta como uma fonte acessível de informações ambientais do dia-a-dia do estudante universitário. Caso esse cidadão e futuro agente moral não esteja instrumentalizado para compreender o conteúdo e com autonomia e senso crítico, poderão ser colocados em

condição de vulnerabilidade. As notícias analisadas refletiram o padrão imediatista contemporâneo de enfrentamento de problemas complexos utilizando-se de procedimentos paliativos, nos quais enaltece o papel do animal no problema, e não os valores e crenças do agente moral. A falta de gerenciamento das informações que alcançam o cidadão pode atrasar o processo de desenvolvimento moral diante de uma questão séria e urgente e plausível de desencadear consequências éticas e vulnerabilidades, tais como nos animais (Garcia *et al.*, 2012).

O direcionamento de esforços para programas de castração, adoção e conscientização realizados principalmente pelo poder público, remete a uma aceitação da sociedade da centralização de problemas urbanos nos órgãos gestores. Distanciando, assim, o cidadão da corresponsabilidade, aceitando como idônea a justificativa de falta de estrutura e logística pública e de baixas condições econômicas da população. Essa inferência deve ser tomada como subsídio para formação de agentes morais críticos e autônomos (Fischer *et al.*, 2017).

As notícias transmitiram um teor antropocêntrico/utilitarista para o animal de estimação, indicando que independente do amor atrelado, estes ainda são percebidos como uma valoração mercadológica, desencadeando o desapego e abandono frente a situações em que o animal não comporte conforme o idealizado (Garcia *et al.*, 2012). Caso não haja reestruturação dos paradigmas éticos na consolidação do papel do animal de companhia nos lares e na sociedade, as pessoas serão vulneráveis às instabilidades das relações afetivas consolidando cidadãos que almejam o produto pronto para o uso imediato, prazer passageiro, satisfação instantânea, receitas testadas, garantias de segurança e resultados que não exijam esforços prolongados (Bauman, 2004). O estilo de vida consumista impulsionado pelas novas estruturas sociais cuja efemeridade e instantaneidade favorecem a leveza, a velocidade, a novidade e a variedade, além da salvaguarda na quantidade diante da decepção com a qualidade (Bauman, 2004). Nesse contexto de insegurança e impossibilidade de suprir as demandas biológicas de uma espécie social que almeja cuidar e ser cuidado, se inserem os animais de estimação. Estes, além de oferecerem amor incondicional, aparentemente demandam menor investimento de tempo, dinheiro e, principalmente, expectativas que podem ser frustradas, quando comparados com relações humanas (Fischer *et al.*, 2019).

O mercado econômico percebendo a vulnerabilidade intencionalmente cultivada, mercantiliza o amigo ideal. Nesse sentido, pet irá além de trazer a possibilidade de vivenciar um relacionamento, uma forma de promoção de destaque social (Bauman, 2004). Desta forma, os programas sociais ainda envolvem a concepção da posse responsável, endossando e legitimando a aquisição de um outro ser vivo para cumprir um papel economicamente consolidado. Porém, dentro de alguns limites e evitando condutas como aquisições ou adoções por impulso que acarretem escolhas inapropriadas, e incapacidade de assegurar a segurança e BEA e resultem em impactos socioeconômicos e ambientais (Seixas, 2012; Cabral & Savalli, 2020).

As notícias analisadas apontaram como medidas mitigatórias a conscientização da população, tutela responsável e campanhas de esterilização dos animais. A castração dos cães também foi apontada como solução pelos acadêmicos, principalmente de Biologia provavelmente influenciados pelo acesso às campanhas. Por outro lado, acadêmicos de Psicologia atribuíram a responsabilidade aos gestores, refletindo o posicionamento da maioria dos cidadãos diante de problemas comuns, eximindo-se da corresponsabilidade e nesse sentido reflete um mecanismo de defesa denominado de esquiva (Todorov; Silva-França & Andrade, 2020).

A baixa alteridade com os animais, ou seja, a capacidade de se colocar no lugar do outro em uma relação interpessoal, é a causa da maioria dos abandonos os quais, principalmente associados à problemas comportamentais, refletem as condutas dos próprios tutores (Cabral & Savalli, 2020). No presente estudo a baixa alteridade foi evidenciada na associação do BEA com aspectos como espaço, odores e risco sanitário, bem como na baixa percepção de cães errantes próximos ao local de moradia, principalmente por estudantes de Psicologia. Ressalva-se que mesmo em baixo percentual estudantes universitários que teoricamente deveria ter acesso a informações, permite que seus cães tenham livre acesso à rua, maximizando problemática, uma vez que são justamente os cães semi-domiciliados os que detêm maiores chances de se reproduzirem e tendência em formar matilhas (Garcia *et al.*, 2012).

As notícias sobre acumuladores de animais veicularam a imagem de pessoas doentes e vulneráveis à falta de assistência, passando a mensagem de serem estorvos para a sociedade suscitando repúdio e não veiculando a problemática dos animais errantes como um agravante. Não foi identificado interesse de conduzir o leitor da notícia à

autorreflexão sobre seu papel na questão, uma vez que podem ser inúmeras as consequências de um problema comum tratado como individual. Arluke *et al.* (2002) realizaram uma revisão de notícias veiculadas entre 1995 a 2002 sobre acumuladores de animais nos EUA identificando: drama, repulsão, simpatia, indignação e humor.

Na presente amostra destacou-se nas notícias a repulsa pelo ato, sendo a percepção dos estudantes vinculada à área de formação, sendo os acumuladores de animais referidos como pessoas doentes pelos estudantes de Psicologia e como pessoas com boas intenções e que intencionam cuidar dos animais, pelos estudantes de Biologia.

Os dados do Estudo II evidenciaram discrepância entre a atribuição de valores às assertivas e o nível de desenvolvimento moral implícito nas justificativas tanto de em estudantes de psicologia quanto dos demais cursos. Os resultados indicaram que o posicionamento moral com relação aos animais errantes e acumuladores de animais tenderam mais para o senso-comum ao invés de representar uma reflexão amadurecida. Essa expectativa se apoia na indicação do Kohlberg que sujeitos com idades superiores a 20-25 anos e já seriam capazes de relativizar as normas diante dos conflitos morais diante de um contrato moral balizado no bem-comum. Consequentemente capaz se aprofundar os fatos e as argumentações das escolhas que vislumbra uma transformação da sociedade (Bordignon, 2011). Embora a utilização de escalas de avaliação construídas de acordo com a teoria de Kohlberg (1969) vêm sendo aplicadas em escolas, prisões e ambiente corporativo evidenciando relação com formação acadêmica, personalidade, gênero e papel social (Biaggio, 1975; Bataglia *et al.*, 2010). Os resultados devem ser interpretados com cautela, uma vez que não se trata de estágios modais puros, mais sim intermediados de elementos de estágios secundários em torno de um predominante (Fischer *et al.*, 2016). Perspectivas essas evidenciadas no presente estudo que aponta uma composição nas frequências de identificação com os diferentes estágios de desenvolvimento moral. Contudo, o posicionamento moral pode caracterizar o grupo social como reportado por Biaggio (1975), a qual identificou diferenças entre estudantes brasileiros e americanos apontando um pensamento moral mais vinculado à lei e ordem nos Estados Unidos. Enquanto a cultura brasileira validou o desrespeito às leis, muitas vezes consideradas injustas, devido a valoração de uma flexibilidade que leva em conta as circunstâncias. Analogamente, alguns estudos indicaram diferenças entre gêneros apontando mulheres

como intrinsecamente mais associadas ao cuidado, cuja busca pela intimidade e sensibilidade que conduz à valoração do outro (Biaggio, 1975).

As justificativas do motivo da pontuação das assertivas foram categorizadas predominantemente no nível I, mesmo quando os estudantes de psicologia e dos outros cursos acreditavam estar concordando com desfechos morais mais elevados. Os resultados evidenciaram que os estudantes tomaram, ainda, decisões com base em seus próprios referenciais de recompensa e punição. A discrepância obtida entre a concordância com as assertivas e a justificativa, também foram detectadas por Galvão e Camino (2011) que argumentaram ser mais difícil elaborar um argumento do que apenas escolher.

Esses resultados vão contra as evidências de Biaggio *et al.* (1999), os quais consideram que em relação às atitudes direcionadas para natureza crianças com menos de 9 anos devem estar no nível I, a maioria dos adolescentes e adultos, no nível II e cerca de 15% dos adultos no nível III. Segundo Biaggio *et al.* (1999) no nível II, o indivíduo se identifica com a sociedade e assume seu ponto de vista, considerando moral responder à expectativa da família independente das consequências. Sendo que no caso de uma assimetria nas relações do grupo, age moralmente reproduzindo tais relações. Biaggio (1975) pontuou a existência de bases universais para moralidade que ultrapassariam a mera influência cultural, refletindo princípios básicos universais tais como respeito pela vida. Assim, espera-se um cidadão, que irá no seu dia-a-dia pessoal ou profissional se deparar com dilemas éticos plurais e complexos, estabeleça a convergência entre moralidade e justiça. Então, a partir dessa confluência se dê a fundamentação racional da decisão, desconstruindo a concepção de que as escolhas devam ser balizadas em compromissos subjetivos e pessoais. Tais como evidenciadas pelos estudantes do presente estudo, os quais ainda se posicionam moralmente no nível I.

A maturidade moral, segundo Biaggio (1997), é alcançada quando o indivíduo é capaz de entender que a justiça não é sinônimo de lei e que algumas leis podem ser imorais. Desta forma, o indivíduo deve ser capaz de transcender os valores da cultura na qual foi criado, opondo-se à incorporação passiva de valores e regras. Consequentemente, não seria possível a expectativa de transformação das sociedades decorrente de modificações de crenças culturalmente enraizadas, como as vinculadas com a relação de domínio sobre a natureza.

Os estudantes, independente do curso, demonstraram estar nos estágios iniciais do desenvolvimento moral, evidenciando a não internalização dos princípios morais, sendo os atos julgados pelas consequências. De fato, Galvão e Camino (2011) pontuaram que o forte impacto gerado por determinadas questões conduz à elaboração de argumentos consolidados em estágios morais mais primitivos. Assim, cabe ao meio acadêmico promover a transposição dos níveis morais para que se cumpra a expectativa de formação de um profissional que detenha, paralelo ao domínio da técnica, a habilidade de se posicionar como cidadão reflexivo julgando o certo e o errado com referenciais que ultrapassem o seu egocentrismo.

A maior identificação com os princípios éticos antropocêntricos/utilitaristas evidenciados pelos universitários, foi acompanhada por argumentações posicionadas nos níveis de desenvolvimento moral pré-convencional e convencional. Esse resultado aponta que os estudantes, todavia atribuem ao ser humano papel de destaque, considerando os animais fundamentais para a satisfação das suas necessidades, cuja avaliação do certo ou errado se estabelece por meio da análise de custo/benefício em relação aos interesses próprios (Singer, 2004). Concomitantemente, atestando a hipótese 1 (H1), indicaram deterem conhecimento consolidado no senso-comum, legislações e códigos morais, corroborado na análise das notícias. Essa compreensão legitima as condutas que evitam o sofrimento e promovam o BEA cuja perda de liberdade possui justificativa autêntica e idônea, segundo valores e diretrizes éticos comuns. Deveras, as concepções éticas antropocêntricas refletem o nível moral pré-convencional no qual predomina o egocentrismo e baixa alteridade. Enquanto a ética utilitarista exprime o convencional, uma vez que visa a promoção de condições politicamente corretas para o BEA, mesmo considerando idônea a sua percepção como objeto (Singer, 2004).

Já as pessoas que se posicionam favoráveis à percepção ética abolicionista, demandam maior desenvolvimento moral, localizando-se no nível pós-convencional. Neste estágio, o pensamento típico do adulto jovem, deve ser caracterizado pela reciprocidade e igualdade, apoiados não apenas por regras sociais infundadas, mas por princípios fundamentados na reconstrução do raciocínio de justiça visando o cooperativismo voltado ao bem comum na solução dos problemas (Bataglia *et al.*, 2010; Francione, 2013).

O predomínio do nível moral pré-convencional nas inúmeras situações propostas relaciona-se com posicionamentos mais emocionais do que racionais. Contudo a comparação entre estudantes de psicologia, biologia e outros cursos indicou que em assertivas envolvendo acumuladores os estudantes de psicologia apresentaram mais justificativas nos níveis II e III.

Neste contexto, confirmando a hipótese 2 (H1) a empatia é tida como uma característica efetiva e relacionada com o aspecto cognitivo do desenvolvimento humano e, concomitantemente, com a gradual evolução da moralidade (Bataglia *et al.*, 2010). Assim, a transformação de estruturas cognitivas leva ao equilíbrio entre o organismo e o meio, no qual a moralidade é alcançada pelo exercício da razão, justiça e respeito às regras e não pelas emoções e ações. Contudo, por desconsiderar as dimensões afetivas e emocionais, estas teorias foram muito criticadas sendo, atualmente, tais características reconhecidas como importantes no processo de balizamento de uma decisão para uma questão ética. Bataglia *et al.* (2010) confrontando os pensamentos de Piaget, Kohlberg e Gillian, ressaltaram que uma pessoa deve ir além da justiça e do cuidado, e estabelecer conexão com o objetivo e desdobramento dos valores individuais, expandidos para valores globais e autorreferenciados. Assim, ligações afetivas como amizade, parentalidade, intimidade e vergonha, são importantes na determinação da moralidade.

Os resultados desta pesquisa atestam a hipótese III (H3) no potencial das propostas de intervenções por meio da elaboração, consolidação e implementação de ferramentas educativas e formativas, porém considerando o diagnóstico inicial do nível do desenvolvimento moral e do perfil dos universitários. A educação, seja no nível fundamental ou superior, na esfera pública ou privada, deve cumprir o papel de educação moral do futuro cidadão (Fischer *et al.*, 2016, 2017 e 2018), meta esta prevista em documentos oficiais (Galvão & Camino, 2010). Biaggio *et al.* (1999) propuseram uma metodologia que visa promover atitudes positivas com relação ao ambiente através da apresentação de um problema real gerador de um conflito cognitivo. Segundo Biaggio *et al.* (1999), essa prática deve estimular a maturidade ao expor os estudantes ao desconforto diante de opiniões mais maduras. Contudo ressaltaram que a motivação é um componente essencial, devendo ser estimulada ao abordar situações rotineiras e que englobem a amplitude da sua futura atuação profissional. Silva e Ribeiro (2009) realizaram intervenção similar em graduandos de medicina, cuja formação moral é historicamente

pautada no caráter deontológico e ocupando lugar secundário no currículo. Silva e Ribeiro (2009) sugeriram a associação com a bioética, uma vez que atuando no contexto transdisciplinar promove o confronto com conflitos e dilemas morais contemporâneos. Na expectativa que o indivíduo confrontado com situações reais, comuns e desafiadoras irá mobilizar e adaptar os atributos, recursos, conhecimentos, habilidades e um conjunto de competências condutoras deste amadurecimento. Procedimento este, com expectativas de alto grau de sucesso na formação do psicólogo.

A inexistência de relação do posicionamento ético com a área do saber ultrapassa a afinidade de atuação profissional (Fischer et al., 2016). Logo a informação e conscientização são componentes essenciais para direcionamento de condutas éticas cujos valores devem ser construídos desde a educação básica visando a formação de um cidadão e profissional crítico, consciente e protagonista. Fischer *et al.* (2016) consideram a aplicação da teoria do nivelamento do desenvolvimento moral de Kohlberg na Bioética no contexto educativo como lícita e exequível. Fischer *et al.* (2016 e 2018) incentivaram a construção do cidadão, capaz de transcender de expectador para protagonista e multiplicador em um mundo globalizado e politizado. Contudo, há a necessidade de investir em comunicação e cidadania, uma vez que toda ação que vise a promoção do desenvolvimento moral deve contemplar o debate (Severo, Carreiro, Morais, Paiva & Duré, 2020). Ribeiro (2019) propõe a terminologia “ambientalidade” representando uma dimensão da essência humana que visa a sinergia entre o ambiente, a animalidade e racionalidade. O autor vislumbra que a perspectiva Gestalt possa se constituir de ferramenta que viabilize a transposição do mundo das ideias para realidade, a partir da compreensão do seu papel como componente da coexistência.

Considerações finais

O presente estudo permitiu, por meio do recorte proporcionado pela pesquisa, traçar a concepção do estudante universitário, com destaque para os graduandos de psicologia e biologia, a respeito de questões éticas ambientais emergentes, no caso específico os cães abandonados e os acumuladores de animais. Os dados não confirmaram a expectativa que o estudante do ensino superior detenha um nível moral suficiente para balizar escolhas e decisões pautadas em critérios científicos, valores éticos e interesses

comunitários. Logo, o diagnóstico do nível de desenvolvimento moral dos estudantes para questões específicas é um balizador para direcionar e nortear propostas formativas e educativas que visem o desenvolvimento das competências éticas que se almeja em um agente moral.

A presente pesquisa encontrou sinergia entre a abordagem da problemática em notícias populares e a percepção expressa pelos universitários participantes da pesquisa. A comparação entre as respostas dos graduandos, destacando acadêmicos de psicologia e de biologia dos outros cursos, confirmou a hipótese de que o posicionamento é condicionado pelo objeto de estudo da profissão. Desta forma, o estudante de psicologia mostrou em diferentes análises mais alteridade com humanos do que com animais, mesmo considerando que a maioria desses respondentes tutelam animais de companhia, logo sendo necessária responsabilidade na promoção de qualidade de vida para esse animal que demanda de percepção de suas necessidades e expressões para além do valor utilitário e antropocêntrico.

O presente estudo fundamenta a inserção da bioética ambiental na formação do estudante universitário, seja como uma disciplina tradicional presencial, ou a distância como integradora transversal de outras disciplinas do curso ou congregando diferentes cursos, visando contribuir para o desenvolvimento moral para questões contemporâneas que envolva a relação do homem com o seu ambiente contemplando nível individual, social, ambiental e global. A universidade não deve ser indiferente a essas demandas, que no caso específico partiu de uma realidade imediata e problemática que era a presença de cães errantes no campus, contudo plausível de ser transpostas para outras abordagens. Consequentemente, promovendo uma educação que ultrapasse a mera formação técnica, e oferecendo ao universitário oportunidades de desenvolver a sua moralidade para distintas demandas da sociedade e como profissionais e cidadãos multiplicarem valores universais, muitas vezes distantes empaticamente do agente.

A PUCPR desde 2018 oferece a disciplina de bioética em comum com os cursos da Escola de Medicina e Ciências da Vida (Agronomia, Ciências Biológicas, Educação física, Enfermagem, Fisioterapia, Gastronomia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia e Psicologia), intencionando abordar o posicionamento diante de questões éticas emergentes sob a perspectiva multiprofissional. Embora a proposta abarque apenas profissões correlatas a área da saúde, agrárias e meio ambiente, a

iniciativa visa a promoção do diálogo entre os múltiplos atores envolvidos na resolução de dilemas éticos complexos e de proporções globais. O desenvolvimento moral demanda vivência e exposição às situações reais cujo agente moral deverá balizar suas escolhas em valores e princípios construídos para alcançar soluções consensuais e justas. Assim, a formação de agentes morais com níveis superiores é uma maneira efetiva de elevar a moralidade da sociedade. Como em qualquer outra questão bioética contemporânea, tal como as avaliadas neste estudo, embora a sociedade aplique procedimentos paliativos, para mitigar uma questão que se encontra em uma situação drástica, é necessário trabalhar as bases morais para que novos paradigmas sejam incorporados pelas sociedades e as condutas sejam balizadas por concepções morais maduras.

Referências

- ABINPET, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (2019). O Mercado Brasileiro, 2019. Disponível em: <<http://petbrasil.org.br/mercado-brasileiro>>. Acesso em: 12 de Nov. 2019.
- Arluke, A., Frost R., Steketee, G., Patronek, G., Luke, C., Messner, E., Nathanson, J., & Papazian, M. (2002). Press Reports of animal hoarding. *Society & Animals*, 10, 113-135.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. (3ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bataglia, P. U. R.; Morais, A., & Lepre, R. M. (2010). A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. *Estudos de Psicologia*, São Paulo, 15(1), 25-32.
- Bauman, Z. (2004) *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. São Paulo: Zahar.
- Biaggio, A. M.B. (1975). Um estudo intercultural sobre julgamento moral: comparação entre universitários norte-americanos e brasileiros na escala de julgamento moral de Kohlberg. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 27, 71-81.
- Biaggio, A.M.B. (1997). Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola. *Psicologia: reflexão e crítica*, 10, 47-69.
- Biaggio, Â. M. B., Vargas, G. D. O., Monteiro, J. K., Souza, L. K. D., & Tesche, S. L. (1999). Promoção de atitudes ambientais favoráveis através de debates de dilemas ecológicos. *Estudos de Psicologia*, 4(2), pp. 221-238.
- Bordignon, N. A. (2011). Implicações dos níveis de desenvolvimento moral de Kohlberg na educação superior. *Revista Lasallista de investigación*, 8(1), 16-27.
- Bogo, A. C., Martins, F. B., & Laurenti, C. (2020). Contribuições da Psicologia a um projeto interdisciplinar de Educação Ambiental. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(2), 230.
- Cabral, F. G. D. S., & Savalli, C. (2020). Sobre a relação humano-cão. *Psicologia USP*, 31,1-9.

- Ferreira, E. A. (2017). *Acumuladores de animais: caracterização do perfil psicopatológico*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre) Recuperado de <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7151>
- Fischer, M. L., & Artigas, N. A. S. (2022). Do confinamento dos zoológicos à humanização dos animais de companhia: a representação social das vulnerabilidades dos animais nas cidades. *Revista Inclusiones*, 9(2), 86-216.
- Fischer, M.L.; Cunha, T.R.; Sganzerla, A.; Renk, V. & Santos, J. Z. (2017). Da Ética Ambiental à Bioética Ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas. *História, ciência e saúde -Manguinhos*, 24(2), 391-409.
- Fischer, M. L., Cunha, T. R., Moser, A. M., & Diniz, A. L. F. (2018). Metodologias inovadoras no ensino da bioética para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. *Revista EDaPECI*, 18(2), 128-142.
- Fischer, M.L., Meireles, J.L. & Esturião, H.F. (2019). A proteção dos animais no Brasil e em Portugal, sob uma perspectiva da Bioética. *RJLB* 5(1): 1581-1614.
- Fischer, M.L., Moser, A.M. & Diniz, A.L.F. (2016) Bioética e Educação: a Utilização do Nivelamento Moral como Balizador para Construção de um Agente Moral Consciente, Autônomo e Reflexivo. in Renk, V.E. (org) *Bioética e Educação: Múltiplos Olhares*. Curitiba, Prisma, 2016. pp..33-67.
- Francione, G. L. (2013). *Introdução aos direitos animais: seu filho ou seu cachorro?* Campinas: ed. Unicamp.
- Galvão, L. K. S. & Camino, C. P. S. (2011). Julgamento moral sobre pena de morte e redução da maioria penal. *Psicologia & Sociedade*, 23 (2), 228-236.
- Garcia, R. C. M., Calderón, N. & Ferreira, F. (2012). Consolidação das diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. *Revista Panamericana Salud Publica*, 32(2), pp.140-144.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia estatística. (2013). *Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Recuperado de <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=23&i=P&c=4930>.
- Kohlberg, L. (1969). *Stage and Sequence: the Cognitive-Developmental Approach to Socialization*, Goslin, DA (ed.), Handbook of Socialization and Endash; Theory and research. Chicago: McNally.
- Muliterno, T., & Tahim, J. M. (2020). O meu, o teu ou o nosso animal de estimação? uma abordagem jurídico-sociológica. *Ponto de Vista Jurídico*, 9(1), 142-161.
- Ribeiro, J. P. (2019). Ambientalidade, Coexistência e Sustentabilidade: Uma Gestalt em Movimento. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(4), 896-914.
- Sampaio, L. R. (2017). A psicologia e a educação moral. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(4), pp. 584-595.
- Severo, J. L. R. L., Carreiro, G. N., Morais, M. S., Paiva, C. L. C., & Duré, R. C. 2020. “Ser estudante” no ensino superior: aspectos valorativos da experiência na perspectiva discente. *Linhas Críticas*, 26, ahead of print.
- Seixas, A. T. F. (2012). Gestão de cães e gatos errantes na área da grande Lisboa. *Faculdade de medicina veterinária*. 1, 2-69.
- Silva, R. P. & Ribeiro, V. M. B. (2009). Inovação curricular nos cursos de graduação em Medicina: o ensino da bioética como uma possibilidade. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 33(1): pp.134-143.

- Silva-Júnior, A. B., de Oliveira, C. S. F., de Magalhães, D. F., Soares, L. B. G., Xaulim, G. D. M. D. R., de Castro Teotônio, H., & Paiva, M. T. (2019). Transtorno de Acumulação de Animais: identificação, classificação e possíveis medidas a serem tomadas. *CRMV-MG, 143*, 24-28.
- Singer, P. (2004). *Libertação Animal*. Porto Alegre: Lugano.
- Souza, L. K. (2008). O debate de dilemas morais na universidade. *Psicologia Escolar e Educacional, 12*(1), pp.169-183.
- Todorov, J. C., da Silva França, B. M. B., & Andrade, Y. S. (2020). Comportamento politicamente correto de participantes humanos na pesquisa analítico-comportamental. In Todorov (org) *Comportamento e Cultura*, Brasília: Technopolitik, pp. 16-25.
- Wright, J. T., & Giovinazzo, R. A. (2000). Delphi: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. *Caderno de Pesquisas em Administração, 1*(12), pp.54-65.